



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO, COM A FINALIDADE DE INVESTIGAR A PRÁTICA DE ATOS ILÍCITOS E IRREGULARES NO ÂMBITO DO BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO (BNDES), OCORRIDAS ENTRE OS ANOS DE 2003 E 2015 E RELACIONADOS À INTERNACIONALIZAÇÃO DE EMPRESAS BRASILEIRAS - CPI BNDES

REQUERIMENTO Nº , 2019
(Do Sr. Jorge Solla)

Solicita que esta CPI requisiite a íntegra dos relatórios de auditorias da Funcex acerca dos investimentos realizados através dos fundos de investimento em participações (FIPs) BR Educacional e Brasil de Governança Corporativa.

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, nos termos regimentais e com base na Lei Complementar nº 105, de 2001, art. 4º, combinada com a Lei nº 1.579/52, art. 2º e com a Constituição Federal, em seus artigos 5º, XII e 58, § 3º, que seja submetido à deliberação do Plenário desta Comissão Parlamentar de Inquérito o pedido ora formulado de SOLICITAÇÃO do compartilhamento, por intermédio de cópia de inteiro teor, da íntegra dos relatórios de auditorias da Fundação dos Economiários Federais (Funcex) acerca dos investimentos realizados através dos fundos de investimento em participações (FIPs) BR Educacional e Brasil de Governança Corporativa, mesmos fundos que receberam aportes também do BNDESpar.

JUSTIFICAÇÃO

No rol das competências e prerrogativas constitucionais pelas quais as Comissões Parlamentares de Inquérito buscam melhor desempenhar seus misteres legais encontra-se a possibilidade de acesso a documentos judiciais e extrajudiciais que compõem conjunto probatório da investigação em curso. Neste sentido, é fundamental para os trabalhos desta comissão o acesso às auditorias do Funcionário sobre os investimentos nos referidos fundos.

Relata matéria publicada no jornal Folha de S. Paulo, assinada pelo repórter Fábio Fabrini, do dia 6 de junho de 2019, que os fundos de investimento em participações (FIPs) BR Educacional e Brasil de Governança Corporativa receberam, entre 2009 e 2013, R\$ 1 bilhão em recursos dos institutos que administram os planos de pensão e aposentadoria dos empregados de empresas públicas, como a Funcionário, Previ (Banco do Brasil), Petros (Petrobras) e Postalis (Correios), além do BNDESPar — braço de investimentos do BNDES.

A referida matéria, cujo título é “Auditorias veem ágio sem justificativa em compras de fundos geridos por Guedes”, usa como fonte de informação relatórios de auditorias realizadas pela Funcionário, que revelaram que as empresas pagaram, sem justificativa técnica adequada, R\$ 385 milhões de ágio para adquirir participação em outras empresas.

A principal acusação é baseada em relatórios da Previc (Superintendência Nacional de Previdência Complementar) e sustenta que estas negociações geraram ganhos excessivos ao ministro, em detrimento dos cotistas dos FIPs. Relata a matéria que, por exemplo, o fundo Brasil de Governança Corporativa pagou R\$ 278 milhões de ágio ao comprar participação em quatro empresas cujos valores patrimoniais somavam R\$ 210,9 milhões. Outro FIP, o BR Educacional, desembolsou extra de R\$ 107 milhões por três companhias que possuíam patrimônios somados de R\$ 73 milhões.

“Os relatórios da Funcenf, obtidos pela Folha, registram que, para justificar o ágio pago, a gestora de ativos de Guedes deveria ter apresentado laudos de avaliação técnica de escritórios especializados, o que não ocorreu. Eles atestariam se, de fato, houve “fundamento econômico-financeiro” para o pagamento do valor sobressalente”, destaca a matéria.

Conforme consta nos relatórios de auditoria da Funcenf, noticiados pela Folha de S. Paulo, “para comprar a HSM Educacional, voltada para eventos e cursos de educação empresarial, o FIP BR Educacional pagou R\$ 55,2 milhões, dos quais R\$ 4,8 milhões pelo patrimônio e R\$ 50,2 milhões (91%) por um suposto valor intangível da empresa, atribuído à marca. Em 2011, dois anos após o desembolso, um documento da empresa de Guedes registrou que esse mesmo ativo valia cerca de 10% do que fora pago (R\$ 5,1 milhões). A gestora de ativos do ministro recebeu taxas de administração altas do FIP, que amargou perdas com a HSM. O retorno do projeto para os cotistas foi de R\$ 15,9 milhões, menos de um terço do aportado”, destaca o texto da matéria.

Em outro caso, a fatia de 10% da Enesa Participações, dos setores de infraestrutura e energia, custou ao FIP Brasil de Governança Corporativa R\$ 112,5 milhões em 2010, dos quais R\$ 83,6 milhões (74%) de ágio.

Pelos motivos acima expostos e o evidente potencial de prejuízo ao BNDES devido aos indícios de irregularidades verificados na auditoria da Funcenf, requisitamos a aprovação deste requerimento

Sala da Comissão, 06 de junho de 2019

Deputado **JORGE SOLLA**